

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

De 2010 para cá, os servidores do GDF ficaram um mês sem trabalhar graças aos decretos de ponto facultativo

# 30 dias de folgas extras nos últimos três anos

» MARIANA LABOISSIÈRE

O ponto facultativo de amanhã está mantido para todos os servidores do Distrito Federal. Embora o Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) e o Ministério Público de Contas (MPC) tenham recomendado ao Executivo local a suspensão da folga, o GDF se posicionou contrário ao entendimento. Além disso, não soube justificar o porquê da decisão. Até novembro deste ano, a administração local autorizou, por meio de decreto, que os servidores enforcassem quatro dias de trabalho, além dos seis previstos no calendário no início do ano. Em 2011, foram dois pontos facultativos a

mais do que os oito determinados inicialmente. Um ano antes, o GDF concedeu 10 folgas extras. Em três anos, portanto, os funcionários do governo local trabalharam 30 dias a menos.

Inadequada e inoportuna. É como o professor de administração pública da Universidade de Brasília (UnB) José Matias-Pereira classifica a posição do Governo do Distrito Federal. Segundo ele, a decisão, por si só, não se justifica. “Além de criar dificuldades para o funcionamento da economia do DF, para a sociedade, que busca uma série de serviços e suporte nas ações de governo e acaba desamparada, atitudes como essa fazem com que Brasília caminhe em descompasso com o

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press - 28/1/11



Por conta da decisão do governo local, amanhã serão realizados apenas atendimentos de emergência nos hospitais públicos do DF

### Opinião

O assunto da revogação do ponto facultativo aos servidores do GDF foi colocado em votação. O portal do Correio — [www.correiobraziliense.com.br](http://www.correiobraziliense.com.br) — abriu, na última terça-feira, enquete para saber a opinião dos internautas sobre o assunto. No fim da tarde de ontem, 40,4% dos participantes se posicionaram favoráveis à revogação em feriados prolongados, enquanto 59,6% contra.

restante do país”, argumenta. “É algo que não se coaduna com uma boa administração pública, pois praticamente paralisa a máquina pública. A população fica a mercê dessa carência”, reforça.

Ainda de acordo com o especialista, decretos referentes ao ponto facultativo só deveriam ser assinados diante de situações excepcionais. Matias-Pereira salienta que o gestor deve deixar claro para a sociedade a motivação da decisão. “Nesse contexto, a sociedade tem que assumir uma postura de reação, porque essas medidas vão de encontro aos interesses coletivos. E se elas existem é para atender interesses políticos, difusos, muito pouco transparentes”, sugere.

### Prática

O procurador distrital dos Direitos do Cidadão, autor da recomendação, José Valdenor Queiroz Júnior, afirmou que o Ministério Público não se pautou no decreto referente ao ponto facultativo desta sexta-feira, mas sim à prática reiterada do governo. “Nossa pretensão é de que as coisas não se tornem contínuas. Não queremos que isso se transforme em uma regra nos feriados que antecederem fins de semana. Trata-se mais de orientação de caráter administrativo”, explica. “Não fixamos prazo para a recomendação, portanto, buscamos uma atenção a partir do ano que vem”, completa.

O presidente do Sindicato dos Servidores do GDF (Sindser),

Francisco Alves, reafirmou a posição da entidade no que se refere à legitimidade da decisão. “Não vemos qualquer ilegalidade nisso”, ponderou. “Não há necessidade de se voltar atrás na questão do ponto facultativo. Se há um problema, acredito que o melhor caminho para resolvê-lo seria enchendo os órgãos públicos de forma escalonada nos fins de semana. Assim, alguns serviços poderiam funcionar em dias especiais”, sugeriu.

A Câmara Legislativa do DF também estará de portas fechadas nesta sexta-feira. Funcionários do Judiciário, do Congresso, do governo federal e da iniciativa privada, por sua vez, terão expediente normal. Agências bancárias e pontos comerciais funcionarão normalmente.